



Campanha em defesa da CLT recebe novas adesões e amplia debate

FST e seus filiados defendem a CLT durante audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado (foto). Ato marca o início das mobilizações em todo o País, desde ações nas Câmaras e Assembleias Legislativas até concentrações nas ruas e locais de trabalho. A CNTI reitera a campanha em prol de milhares de trabalhadores em suas diversas categorias. [Página 8](#)



Palavra do Presidente

Aviso prévio: vitória do movimento sindical

Os deputados federais aprovaram o projeto de lei que aumenta para até 90 dias o aviso prévio.

[Página 3](#)



camaradospresidentes.gov.br

Crescimento do PIB em 4%

Crescimento de 0,8% do PIB brasileiro no segundo trimestre deste ano refletiu as medidas adotadas pelo governo para frear a economia. De acordo com o ministro, de julho a setembro deste ano o crescimento econômico nacional também deve ficar próximo ao resultado visto entre abril e junho.

[Página 2](#)

Orçamento prevê mínimo de R\$ 619,21 em 2012

Proposta de orçamento de 2012 prevê o mínimo de R\$ 619,21. Com isso, o valor subiria dos atuais R\$ 545 para R\$ 619,21 a partir de janeiro de 2012, com pagamento em fevereiro. O salário mínimo serve de referência para o salário de 47 milhões de trabalhadores no País.

[Página 7](#)



Google

Sindicalistas conclamam parlamentares a derrubar veto ao reajuste de aposentadorias

Durante debate na Comissão de Direitos Humanos do Senado, líderes sindicais conclamaram senadores e deputados a derrubarem o veto da Presidência da República ao dispositivo da LDO que assegurava recursos para conceder reajustes acima da inflação para aposentadorias e pensões.

[Página 7](#)

Geração de empregos em agosto é de mais de 190 mil postos formais

Em agosto, o Brasil criou 190.446 postos de trabalho com carteira assinada, um crescimento de 0,51% em relação ao estoque de trabalhadores do mês de julho. Nos oito primeiros meses do ano, foram gerados 1.825.382 postos formais, terceiro melhor resultado da série histórica, ficando atrás apenas do registrado em



2010 (2.195.370) e em 2008 (1.940.602). Os dados, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foram divulgados no dia 14 de setembro.

O crescimento do emprego decorreu do desempenho positivo de seis setores da economia, com a Extrativa Mineral registrando recorde no mês, abrindo 1.997 no-

vas vagas. Em números absolutos, o destaque ficou com Serviços, que criou 45.961 postos; Comércio, com 28.538 e terceiro melhor saldo para o mês, e Construção Civil, com a geração de 25.6323 postos e a maior taxa de crescimento entre os oito setores, com 1,16%. A Agricultura, por motivos sazonais, fechou 19.498 postos.

Dados sobre crescimento da economia indicam perda de competitividade da indústria, avalia CNI

O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) preocupa o setor industrial, segundo nota da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB, que é a soma de todas as riquezas produzidas no País, alcançou R\$ 1,02 trilhão no segundo trimestre. Na comparação com o trimestre anterior, houve crescimento de 0,8%.

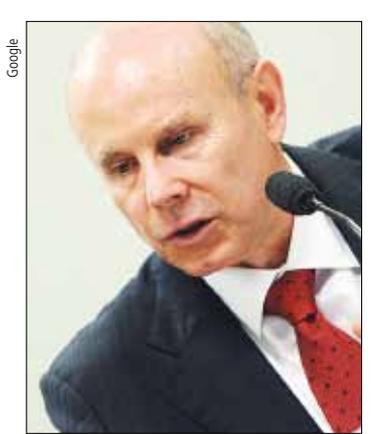
Para a CNI, os dados "indicam que parte relevante do crescimento da de-

manda interna é cada vez mais direcionada às importações, dada a contínua perda de competitividade da indústria brasileira e a persistência do câmbio valorizado".

O PIB industrial cresceu 0,2% no segundo trimestre deste ano, em relação ao trimestre anterior. A indústria de transformação ficou estável no período, enquanto a construção civil teve expansão de 0,5%. A indústria extrativa teve expansão de 2,2% "devido à forte

demanda mundial".

"Esses resultados, associados ao cenário de piora das perspectivas sobre a economia global, indicam que o PIB industrial crescerá ainda menos do que o esperado em 2011", destaca a CNI, em nota. Com isso, a confederação informou que revisará em breve as projeções para o crescimento econômico em 2011, que atualmente estão em 3,2% para a indústria e 3,8% para o PIB total.



Mantega prevê crescimento de 4% em 2011

O crescimento de 0,8% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro no segundo trimestre deste ano refletiu as medidas adotadas pelo governo para frear a economia, afirmou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

De acordo com o ministro, de julho a setembro o crescimento econômico nacional também deve ficar próximo ao resultado visto entre abril e junho deste ano. Porém, no último trimestre de 2011, a projeção de Mantega é de que o PIB dê uma acelerada em decorrência sazonal, visto que neste período os trabalhadores recebem o 13º salário.

Vale lembrar que, segundo a última edição do relatório Focus, do Banco Central, o mercado espera que o PIB nacional cresça 3,79% neste ano.

Dieese: cesta básica sobe em dez de 17 capitais

O valor dos alimentos que compõem a cesta básica subiu em dez das 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). As maiores altas foram verificadas no Rio de Janeiro (4,82%), em Porto Alegre (4,49%) e em Curitiba (2,19%). Entre as sete capitais que apresentaram retração, as mais significativas foram Fortaleza (-4,13%) e Natal (-1,70%). Na apuração anterior, que mediu a variação de junho para julho, a cesta havia ficado mais barata em 14 capitais.

A cidade de Porto Alegre apresentou em agosto o maior valor total do conjunto de produtos alimentícios, R\$ 271,25. São Paulo, apesar da elevação de



apenas 1,28% com relação ao mês anterior, ficou em segundo lugar, com um custo de R\$ 266,75. Em seguida, aparece Flórida

nópolis, com R\$ 260, e o Rio de Janeiro, com R\$ 253,10. A cesta mais barata foi encontrada em Aracaju (R\$ 187,73).

Com base nos valores apurados para a cesta, o Dieese estima que o salário mínimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e Previdência, deveria ser em agosto de R\$ 2.278,77, o que corresponde a 4,18 vezes o valor em vigor, de R\$ 545. Atualmente, o conjunto de alimentos básicos compromete de 54,10% a 37,44% do salário mínimo líquido.

Diretoria:

Presidente – José Calixto Ramos;
Secretário-Geral - Aprígio Guimarães;
Secretário de Finanças – Mauro Feijó Guimarães;
Secretário de Educação – José Gabriel Teixeira dos Santos;
Secretário para Assuntos do Trabalho e Previdência Social- Jairo José da Silva;
Secretária de Trabalho da Mulher, do Idoso e do Adolescente- Sônia Maria Zerino da Silva

Suplentes:

Aparecido José Silva, Patrocínio Bráz Concentino, Ronei de Lima, Fábio Dourado Gonçalves e Natanael Vitória Ferreira.

Secretários Regionais:

1ª Secretaria Região Norte: Ricardo Alvarez Miranda
2ª Secretaria Região Norte: Marivaldo Nazareno Vieira da Silva
1ª Secretaria Região Nordeste: Raimundo Lopes Júnior

2ª Secretaria Região Nordeste: Pedro Ricardo Filho

Suplente: José de Anchieta Araújo

3ª Secretaria Região Nordeste: Israel Ferreira de Torres

Suplente: Alvinho Aquino dos Santos

1ª Secretaria Região Sudeste: Luiz Antônio Rodrigues

Suplente: Sebastião Garcia de Mattos

2ª Secretaria Região Sudeste: Ozano Pereira da Silva

Suplente: Leonardo Luiz

3ª Secretaria Região Sudeste: José Reginaldo Inácio

Suplente: Cláudio Jesus Ferreira

Secretaria Região Centro Oeste: Luiz Lopes de Lima

Suplente: José Roberto Silva

1ª Secretaria Região Sul: Geraldo Ramthun

Suplente: Nelson Luiz Bonardi

2ª Secretaria Região Sul: Altamiro Perdoná

Suplente: Egbert José Klein

3ª Secretaria Região Sul: Enio Klein

Suplente: João Nadir Pires

Representação Profissional e Internacional

Antonio Carlos dos Reis, Luiz Ary Gin, José Maria Soares, Romir da Motta, Antonio Acácio Moraes do Amaral, Paulo da Silva Oliveira, José Adriano Jansen, Norival Riesz Scaglione e Luis Fernando Daudt.

Conselho Fiscal

Efetivos: Nivaldo Parmejani, Wanilton Reis dos Santos e José Francisco Filho

Suplentes: Geraldo Dionísio da Silva e Ademir Lopes Campos.

Redação e Edição: Instituto Dois Candangos

Diagramação, Arte e Fotolito: Solução

Assessoria

CNTI – Endereço: Avenida W3 Norte, Quadra 505, Lote 1

Brasília – DF – CEP: 70.730-540 – PABX: (61) 3448.9900

Fax: (61) 3274.7001 – INTERNET: www.cnti.org.br

Palavra do Presidente

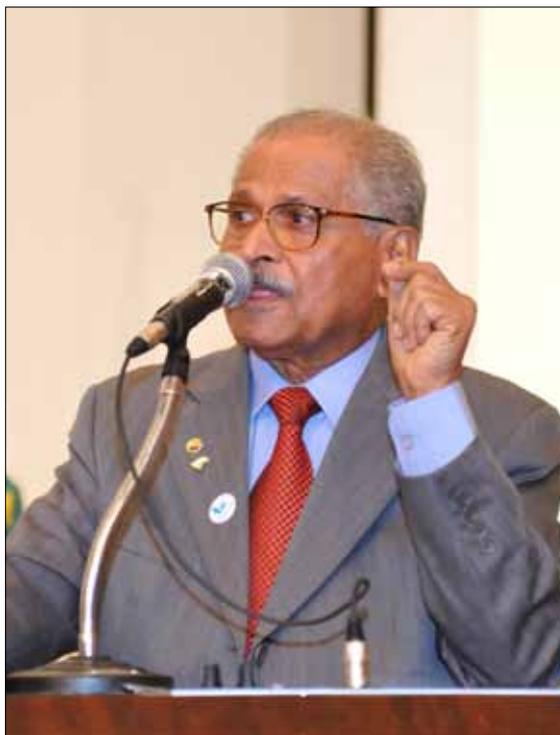
Aviso prévio: vitória do movimento sindical

No mês de setembro, os deputados federais aprovaram o projeto de lei que aumenta para até 90 dias o aviso prévio que o empregador deve conceder ao trabalhador demitido.

Atualmente, quando ocorre uma demissão, o trabalhador pode permanecer no exercício de suas atividades laborais até 30 dias, independentemente do tempo de serviço. A proposta, com origem no Senado Federal, será enviada à sanção da presidente Dilma Rousseff.

Agora, com a mudança, o aviso prévio será proporcional. O trabalhador com um ano de emprego mantém os 30 dias, mas para cada ano adicional de serviço, o aviso prévio aumenta em três dias, até o limite de 90, no total. Em caso de demissão voluntária, o empregado deve trabalhar pelo mesmo período ou indenizar a empresa, que também pode optar por liberar o empregado, sem ônus.

A CNTI e seus filiados avaliam como positivo o fato de o Congresso ter finalmente regulamentado a questão, que estava aberta desde a promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988. Existem vários dispositivos na Constituição que objetivam conferir direitos sociais aos trabalhadores e à sociedade que precisam, mas ainda não foram regulamentados, o que mantém a insegurança jurídica e a instabilidade dos trabalhadores.



Ressalta-se que o tema de suma importância para os trabalhadores só entrou na pauta de votações da Câmara mais rapidamente após manifestação no Supremo Tribunal Federal.

A decisão dos parlamentares deve merecer o mais amplo apoio dos trabalhadores e do movimento sindical, pois contraria uma tendência dominante nos últimos anos de se buscar subtrair direitos sociais e trabalhistas inscritos na lei e na Carta Magna.

Com este importante projeto conquistado na Casa, vislumbramos que no mais curto espaço de tempo o Poder Legislativo assuma, de fato, posições mais flexíveis em relação aos projetos que dizem respeito aos interesses dos trabalhadores.

Esta é uma etapa importante posto que, para iniciar uma caminhada, teremos que dar o primeiro passo. Não conseguimos o ideal, mas o possível, considerando a desigualdade com que trabalhamos no Congresso Nacional. Esperamos e vamos lutar para que a presidente Dilma sancione mais essa conquista dos trabalhadores.

José Calixto Ramos é Presidente da CNTI e da NCST

Aposentados e pensionistas

Aposentados e pensionistas com 60 anos poderão ficar isentos do Imposto de Renda

Os aposentados e pensionistas pelo Regime Geral de Previdência Social poderão deixar de pagar o Imposto de Renda a partir do mês em que completarem 60 anos. A proposta, aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), será agora analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa e, se aprovada, encaminhada para votação na Câmara dos Deputados.

O projeto de lei (PLS 76/11) altera a legislação do Imposto de Renda (Lei 7.713/88) para prever o benefício. Segundo a autora da proposta, senadora Ana Amélia (PP/RS), o objetivo é "contribuir para minimizar a perda dos aposentados e pensionistas, que têm visto seus rendimentos sendo achatados ano a ano".

Ao justificar a necessidade do projeto, a parlamentar pelo Rio Grande do Sul explica que o reajuste do salário mínimo tem sido sistematicamente maior que o dos benefícios da Previdência. O resultado, segundo ela, é que, atualmente, "nada menos que 69% dos benefícios já estão nivelados pelo piso e, em poucos anos, "todos eles estarão valorados, no piso, pelo salário mínimo".



Governo vai acumular R\$ 91 bilhões em 2011

O governo federal vetou o aumento real das aposentadorias acima do salário mínimo alegando que não tem dinheiro para arcar com mais despesas. O governo também diz que está reduzindo os gastos públicos para controlar a inflação.

Entretanto, pouco se fala que houve recorde de arrecadação tributária neste ano e que isso vai permitir que o governo economize até o final de 2011 cerca de R\$ 91 bilhões. Essa é a nova meta de supe-

ravit primário para este ano.

E o que o governo vai fazer com esse superávit, com essa montanha de dinheiro? Vai usar para pagar os juros da dívida pública que está estimado em R\$ 128 bilhões. Reduzem-se as despesas com as políticas públicas e aumentam-se os gastos com os encargos financeiros da rolagem da dívida da União. Essa é a lógica econômica perversa do governo federal.

3º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas

Foi realizado entre os dias 15 e 17 de agosto, no Centro de Treinamento Educacional, no município de Luziânia/GO, o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, com a participação de dirigentes sindicais de federações e sindicatos filiados de todo território nacional.

Carta de Luziânia

Os trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Brasil deliberaram sobre exposições e teses, e manifestaram-se no sentido de que são necessárias e urgentes as seguintes iniciativas e ações, entre outros: Fomento no sentido da criação e implantação de Conselhos Municipais com o objetivo de planejar, fiscalizar e direcionar recursos oriundos do CFEM; pela extinção definitivamente do Fator Previdenciário; pelo fim das Terceirizações dos setores vegetal e



mineral; humanização do setor extrativo, investimento em conhecimento e conscientização dos trabalhadores. Pela manutenção da Aposentadoria Especial e redução de contagem de tempo para aposentadorias aos trabalhadores submetidos em trabalhos noturnos; estabelecer regras de saúde e segurança no trabalho no ato das concessões de lavras com prazo determinado,

bem como a instituição de um fundo para compensação aos passivos ambientais, trabalhistas e sociais.

Nestes termos, a plenária do Congresso, através de discussões e deliberações, aprova e recomenda encaminhamentos dos anais conforme subscrito para: Presidência da República, Presidência do Senado e senadores, Presidência da Câmara Federal

dos Deputados e para todos os deputados, Tribunal Superior do Trabalho, Ministérios, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais, todas as Confederações de Trabalhadores, Centrais Sindicais, e promover a sua ampla e irrestrita divulgação.

Para mais informações do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas acesse o site www.cnti.org.br.

São Paulo



Empossada nova diretoria da Feticom/SP

Tomou posse, no dia 25 de agosto, a nova diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado de São Paulo (Feticom/SP), presidida por Emílio Alves Ferreira Júnior e composta por 41 membros. A solenidade reuniu mais de 500 pessoas entre sindicalistas, convidados e autoridades, que destacaram a importância da Feticom/SP, uma entidade com 68 anos de ações e lutas em defesa da categoria e que representa atualmente mais de um milhão

e meio dos trabalhadores da construção e do mobiliário no Estado de São Paulo.

A posse foi dada pelo presidente da CNTI e da Nova Central, José Calixto Ramos, que enalteceu o trabalho desenvolvido pela direção da Feticom/SP e desejou sucesso à diretoria empossada. Emílio destacou que esta unidade tem sido a grande responsável pelos avanços conquistados pela categoria nos últimos anos, como a equiparação do piso salarial na construção civil.

Rio Grande do Sul

15º Seminário Nacional da Indústria de Calçados

Foi realizado no dia 28 de julho, em Novo Hamburgo/RS, o 15º Seminário Nacional da Indústria de Calçados, com o tema: Ergonomia, Diretrizes para Segurança e Saúde do Trabalhador. O evento

contou com o apoio do presidente João Nadir Pires, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado e Vestuário do Rio Grande do Sul - Feticvergs, que congrega 23 sindicatos do Estado.

Maranhão

Nova Diretoria da Fetiema

Foi eleita no dia 23 de agosto a nova diretoria da Federação dos Trabalhadores na indústria do Estado do Maranhão para o mandato 2011/2015, com a seguinte composição. **Diretoria Efetiva:** Presidente, Francisco Carlos Nogueira Santos; Vice-presidente, Danilo Nunes dos Santos; Secretário-geral, José Adriano Jansen; Tesoureiro, João Cabral Ferreira;

Diretor Social, Carlos Alberto Macedo Cardoso; Diretoria da Sec. para Assuntos da Mulher, Idoso e Adolescente, Euzanira Pereira da Silva; Conselho Fiscal Efetivo, Luciano Martins Cabral, Luiz Gonzaga Sarmiento Galvão, Raimundo Nonato dos Santos; Delegados Representantes na CNTI, José Adriano Jansen e Francisco Carlos Nogueira Santos.

Santa Catarina



Aconteceu no dia 24 de agosto, a posse da diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santa Catarina (Feticom/SC) para o mandato de 2012/2016. A cerimônia aconteceu na sede da Federação, em Florianópolis. Tomou posse como presidente, Altamiro Perdoná. Estiveram presentes à solenidade, o presidente da CNTI, José Calixto Ramos, além de representantes de vários Estados e região catarinense.



Reunião para o Congresso de Fiação e Tecelagem



Diretores da CNTI durante reunião para os preparativos do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, que será realizado entre os dias 17 e 19 de outubro, no Centro de Treinamento Educacional da CNTI, em Luziânia/GO.

Rio de Janeiro

Feticom do RJ e Sindicatos filiados realizam seminário

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário no Estado do Rio de Janeiro, em conjunto com os sindicatos filiados realizou, entre os dias 16 e 18 de junho, um grande Seminário com o apoio

da CNTI. O evento contou com a presença de 60 representantes sindicais e debateu relevantes assuntos da categoria, como negociação coletiva, reforma sindical e reivindicações junto ao governo Dilma Rousseff.



Secretaria da Mulher



Mulheres Trabalhadoras Maranhenses reuniram-se no 4º Encontro

Aconteceu em São Luis/MA, nos dias 12 e 13 de agosto, no auditório da FETIEMA, o 4º Encontro de Mulheres Trabalhadoras nas Indústrias. O evento contou com 67 participantes onde foram debatidos temas relacionados à perspectiva de gênero. O Encontro com as trabalhadoras faz parte do plano de trabalho importante para organização das mulheres no trabalho e no meio sindical.

A mesa de abertura contou com a participação dos senhores Raimundo Lopes Junior, responsável pela 1ª Secretaria da Região Nordeste; José Adriano Jansen, presidente da FETIEMA; Antônio Gerardo Moura, diretor do

Sindicato de Águas Minerais do Ceará, Josenias Falcão, diretor do Sindicato de Bebidas do Ceará; Francisco Viana, presidente da Federação da Construção e Mobiliário do MA; Henrique, presidente da NCST/MA, Luiz Henrique, presidente da FETHEMAPI; e pelas senhoras Sônia Maria Zerino, Secretária para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e da Juventude – CNTI; Tásia Lemos Ferreira, Antropóloga e Mestre em Educação; Ana Mendonça, presidente do Sindhotéis/MA e Izabel, presidente do Sindicato das Costureiras do MA.

A programação foi cumprida com o debate dos temas:

Mulher no Atual Cenário Político, ministrada pela deputada estadual/MA, Eliziane Gama; Combatendo a Violência Contra a Mulher, Delegada da DEAM de São Luiz/MA; Kazumi de Jesus e As Desigualdades de Gênero e Raça nas Relações de Trabalho, Sônia Maria Zerino, Secretária da Mulher da CNTI.

Alcançamos os objetivos propostos, o que nos dá mais energia para seguirmos em frente, mobilizando, cada vez mais, nossas companheiras para o debate das questões da mulher nas relações de trabalho. Por fim, foram realizadas as avaliações, entrega de certificados e encerramento.

Vestuário de Petrópolis/RJ debate suas demandas

No dia 20 de agosto, ocorreu o 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras nas Indústrias do Vestuário de Petrópolis/RJ, com a participação de 80 mulheres, onde se pode debater e avaliar as suas condições de trabalho. O evento teve início com um delicioso café da manhã e possibilitou a integração das trabalhadoras do setor do vestuário daquela região.

A mesa de abertura foi composta por Nilton Teles, presidente da Federação dos Trabalhadores do Vestuário/RJ; Jorge Luiz Russel, anfitrião e presidente do Sindicato do Vestuário de Petrópolis/RJ; Ailton José, presidente do Sindicato do Vestuário de Três Rios/RJ; José Baiano, presidente do Sindicato dos Alfaiates e Costureiras do RJ; Vanilton, presidente da Federação dos Trabalhadores Fiação e Tecelagem do RJ; Valdir, advogado do Sindicato do Vestuário de Petrópolis/RJ; Luzia Falcão, presidente do Sindicato do Vestuário de Nova Friburgo/



RJ e Sônia Zerino, da Secretaria para Assuntos do Trabalho da Mulher, do Idoso e do Adolescente da CNTI.

Foram debatidos temas como o Assédio Moral nas Relações de Trabalho, Desigualdade de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho, abordados por Sônia Maria Zerino, que também fez uma análise da situação da mulher

trabalhadora, dos principais problemas do setor, entre eles a terceirização, o próprio assédio moral e sexual nos locais de trabalho. Em seguida, a coordenadora do Centro de Referência e Atendimento à Mulher – CRAM de Petrópolis/RJ, Mérlen Dias abordou sobre o Combate à Violência Contra a Mulher.

Ao final, foi feita uma avaliação entre os participantes e, em seguida, Jorge Luiz Russel, presidente do Sindicato do Vestuário de Petrópolis, fez a entrega dos certificados e agradeceu o apoio dos presidentes de sindicatos e Federações ali presentes, à CNTI e aos colaboradores e a todas as mulheres trabalhadoras que participaram do encontro, e deixou claro a todas para não se calarem diante das arbitrariedades cometidas pelas empresas e procurassem o sindicato, pois este está pronto para ajudá-las em qualquer situação. Encerrou a atividade que foi coroada de sucesso.



Trabalhadoras e Idosos reuniram-se em Maceió/AL

No dia 29 de julho, reuniram-se no auditório do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário de Maceió/AL, 136 mulheres e idosos, durante o 2º Encontro, com o duplo objetivo de debater sobre a situação da mulher trabalhadora e sobre a importância do idoso no trabalho, benefícios previdenciários e seus demais direitos.

Pela manhã, foram abordados os seguintes temas: Desigualdade de Gênero no Mercado de Trabalho, com Sônia Maria Zerino; Felicidade, com Tásia Maria Lemos

Ferreira, Antropóloga e Mestre em Educação; e à tarde, Giceli Brito, Coordenadora do Programa de Educação Previdenciária PEP de Maceió/AL, palestrou sobre os Benefícios da Previdência Social.

Após as palestras foram aplicadas avaliações no intuito de aprimorar as próximas ações. A organização ficou por conta da CNTI, por meio da Secretaria da Mulher, 3ª Secretária da Região Nordeste e o SINDTICMAL, que numa ação conjunta, possibilitou um belo trabalho e ao final, foram entregues os certificados.

Marcha das Margaridas reúne mulheres contra a pobreza

Com o lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, aconteceu no dia 16 de agosto, em Brasília, a Marcha das Margaridas, encontro que reuniu milhares de mulheres de diversos países da América Latina. Organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a manifestação alertou para o fato de que são as mulheres as que mais sofrem com a pobreza.

Entre as atividades, a Marcha das Margaridas lançou a campanha contra

o uso de agrotóxicos e um ato público no Congresso Nacional pela reforma política. O ato de encerramento aconteceu na “Cidade das Margaridas”, com a presença da presidenta Dilma Rousseff.

A marcha percorreu as ruas da capital federal para divulgar a pauta de reivindicações, que abordam questões como democratização dos recursos naturais, atualização dos índices de produtividade no campo, fim da violência no meio rural, maior participação política das mulheres e melhores condições de trabalho, com autonomia e igualdade.



Divulgação

Secretaria de Educação

A Secretaria de Educação da CNTI trabalhou intensamente no mês de julho, quando realizou diversos cursos e seminários em distintas localidades juntamente com Sindicatos, Federações e parceiros.

CNTI



Comunicação Social

A Profª Regina Moreira ministrou para 18 pessoas o curso de Comunicação Social na cidade de Santos Dumont/MG, no período de 5 a 7 de agosto. O secretário da Secretaria da Região Centro-Oeste/DF, GO, MT, MS e TO, Luiz Lopes de Lima, acompanhou as atividades desenvolvidas.

CNTI



Direito do Trabalho e Rescisão de Contrato

A cidade de Aracaju/SE sediou o Curso de Direito do Trabalho e Rescisão de Contrato nos dias 15 e 16 de julho. O secretário de Educação da CNTI, José Gabriel, ministrou o curso e o secretário da 3ª Secretaria da Região Nordeste/AL, BA, PE e SE, Israel Ferreira de Torres, acompanhou o desenvolvimento dos integrantes do curso.

Sindicalismo e Negociação Coletiva

A cidade de Mendes/RJ recebeu, no período de 7 a 9 de julho, 50 participantes do curso de Sindicalismo e Negociação Coletiva. Estiveram presentes: José Gabriel, Secretário de Educação da CNTI, Luiz Antonio Rodrigues, secretário Regional da 1ª Secretaria da Região Sudeste (RJ e ES), Wanilton Reis dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado do Rio de Janeiro e do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Município de Petrópolis.



Sindicalismo, Contabilidade e Administração Sindical

A Feticom-GO/TO realizou, em parceria com a CNTI, na cidade de Goiânia/GO o curso de Sindicalismo, Contabilidade e Administração Sindical, no período de 29 a 31 de julho. O presidente da CNTI, José Calixto Ramos, esteve presente na abertura do Curso, que contou com a participação de 45 pessoas. O secretário de Educação da CNTI, José Gabriel, ministrou os cursos de Sindicalismo e de Administração Sindical e o Profº Pedro Moura, formado em Contabilidade e especialista em Auditoria, dirigiu o Curso de Contabilidade.

CNTI



Negociação Coletiva e Sindicalismo

No período de 12 a 14 de julho, ocorreu na cidade de Governador Valadares/MG o curso de Negociação Coletiva e Sindicalismo, com a participação de 38 pessoas. José Reginaldo Inácio, secretário da 3ª Secretaria da Região Sudeste/MG acompanhou todo o trabalho ministrado pelo secretário de Educação da CNTI, José Gabriel Teixeira dos Santos.

CNTI



Oratória em Treviso/SC

A Secretaria de Educação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e a 2ª Secretaria da Região Sul/SC, realizaram, nos dias 30 de junho e 1º de julho, na cidade de Treviso/SC, o Curso de Oratória. A Profª Regina Moreira ministrou palestra para 36 animados participantes, que também contou com a presença do Secretário de Educação da CNTI, José Gabriel, e do Secretário Regional, Altamiro Perdoná.

Participaram da mesa: Israel Ferreira de Torres (3º Secretário da Região Nordeste e Presidente da FTI/PE), José Gabriel Teixeira dos Santos (Secretário de Educação da CNTI), Antônio Diogo dos Santos Filho (Presidente do SINTHORESJ) e Jorge Mário de Souza (presidente do SINDTÊXTIL/Recife).

Secretaria para Assuntos do Trabalho e Previdência Social

Implementação do RAAT em Natal/RN

Dirigentes sindicais do Estado do Rio Grande do Norte realizaram o 2º Encontro Regional para discussão e implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador Industrial, no dia 16 de julho, na cidade de Natal, para discutir e deliberar sobre a implementação do Relatório de Atendimento ao Acidentado do Trabalho - RAAT.

A técnica em Enfermagem e Coordenadora do CEREST local, Clara de Assis Tavares de Lima, falou sobre as atividades do CEREST e pediu apoio das Entidades Sindicais para poder responder às demandas regionais.

O CEREST/Piracicaba/SP, através de Marcos Hister Pereira Gomes, técnico de Segurança, e Milton Costa, Diretor da Feticom/SP, apresentaram a experiência bem sucedida do CEREST de Piracicaba com a implementação do RAAT há 11 anos.

Projeto desenvolvido pelas Universidades de Piracicaba e Botucatu implementou o RAAT, com fornecimento de CAT on line pelas empresas, acompanhado pelas representações do governo, empresários, trabalhadores e universidade que vem dando certo. Praticamente acabou com a subnotificação da CAT, direcionou as atividades de segurança e saúde para ações de prevenção, eliminou com a fila de espera para fiscalização de empresas e



obras, reduziu drasticamente acidentes com gravidade (invalidez e óbitos), através do controle social.

Após longo debate e propostas dos presentes sobre ações de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, os dirigentes deliberaram pela obrigação de notificar, via projeto de Lei Municipal, através do RAAT, todos os acidentes de trabalho (formais e informais), ocorridos no município, independente da CAT que vai para a Previdência, devendo o secretário regional da CNTI da 2ª Secretaria da Região Nordeste convidar os dirigentes sindicais do Município de Natal para discutir a sua implementação.

Encontro Regional dos CPR da Região Nordeste

Após terminar o ciclo de debate durante o Congresso Nacional da Indústria da Construção nas seis regiões do Brasil, os membros do CPN deliberaram pela realização de cinco encontros regionais de CPR e terminando com um encontro nacional para discutir Saúde e Segurança na Indústria da Construção.

O Encontro dos CPR tem por objetivo integrar CPR e CPN, conhecer as experiências bem sucedidas, organizar, imprimir maior energia, enfim dar rumo e visibilidade das políticas de Segurança e Saúde desenvolvidos pelos CPR, pelas Instituições que o compõem e principalmente, considerando as atribuições e o papel do CPN. Atualmente há 26 CPR constituídos, sendo que 22 em funcionamento.

Até o fechamento desta edição, o Encontro dos CPR do Nordeste estava marcado para acontecer em Salvador/BA, exatamente em razão do CPR local não estar em funcionamento. A ideia é cobrar compromisso das bancadas para que ações planejadas e permanentes sejam contempladas pelo CPR local reduzindo os riscos, os acidentes e doenças do trabalho na Indústria da Construção.

Proposta de orçamento prevê salário mínimo de R\$ 619,21 em 2012

A proposta de orçamento federal de 2012 prevê um salário mínimo de R\$ 619,21, informou, no dia 31 de agosto, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, após entregar o documento para o presidente do Senado Federal, José Sarney.

Com isso, o valor subiria dos atuais R\$ 545 para R\$ 619,21 a partir de janeiro de 2012, com pagamento em fevereiro. O salário mínimo serve de referência para o salário de 47 milhões de trabalhadores no país. O percentual de correção, pela proposta do governo, será de 13,61%.

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada ao Congresso Nacional em abril deste ano, o governo propunha uma correção menor do salário mínimo no ano que vem, para R\$ 616,34.

De acordo com números do governo federal, que estão na LDO sancionada recentemente pela presidente Dilma Rousseff, o aumento de R\$ 1 no salário mínimo equivale a uma elevação de gastos da or-



dem de R\$ 306 milhões. Deste modo, um aumento de R\$ 74,21, conforme a proposta de orçamento enviada ao Congresso Nacional representa uma despesa extra de R\$ 22,7 bilhões para o governo.

A proposta de correção do salário mínimo em 2012 foi feita com base em

fórmula já acordada com os sindicatos. O reajuste contempla a variação do PIB de 2010, que foi de 7,49%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em doze meses.

Salário mínimo e aposentadorias

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou em plenário a previsão de salário mínimo de R\$ 619,21 a partir de janeiro de 2012. Ele elogiou a fórmula de reajuste que garante ganho real ao piso nacional, mas lamentou a defasagem imposta às aposentadorias e pensões pagas pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

“O aumento dado ao salário mínimo corresponde a 2,4 vezes mais que o reajuste inflacionário que será dado aos aposentados e pensionistas”, comentou o senador, lembrando que esses segmentos amargam a falta de integridade e paridade em relação ao pessoal ativo, além da redução nos benefícios pela aplicação do Fator Previdenciário.

Dilma sanciona correção da tabela do IR

A presidenta Dilma Rousseff sancionou com veto o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 528, que trata da correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Foi vetado o dispositivo que permitia a dedução, no Imposto de Renda, de valores relativos a planos de saúde privados pagos aos empregados domésticos.

A justificativa ao veto é que a proposta de dedução distorce o princípio da capacidade contributiva. A justificativa diz ainda que entidades representativas da categoria profissional questionam o efetivo benefício da proposta aos empregados domésticos.



“Ao permitir que sejam deduzidos da base de cálculo do imposto de renda da

pessoa física o valor das despesas com plano de saúde pago pelo empregador doméstico em favor do empregado, a lei estará criando exceção à regra de que a dedução se aplica ao contribuinte e aos seus dependentes, visto que este é o núcleo familiar suportado pela renda produzida. Alcançando despesas com terceiros, a dedução passaria a constituir-se em benefício fiscal”, diz o texto com a exposição de motivos para o veto.

A nova lei reajusta em 4,5% ao ano os valores da tabela do IRPF até 2014. Com isso, a faixa de rendimentos mensais isenta do imposto passou, este ano, de R\$ 1.499,15 para R\$ 1.566,61.

Projeto amplia abrangência da rescisão do contrato de trabalho

A Câmara analisa o Projeto de Lei 948/11, que concede eficácia liberatória geral ao instrumento de rescisão de contrato de trabalho em caso de demissão sem justa causa. Na prática, a medida libera o empregador de qualquer outra obrigação referente ao contrato, além da quantia paga no momento da rescisão, a menos que haja ressalvas no instrumento rescisório, ou seja, depois de assinar a rescisão, o trabalhador perde o direito de reclamar na Justiça outras quantias que não estejam expressamente ressalvadas no instrumento rescisório.

Eficácia liberatória é o poder de dar por cumprida a obrigação, para todos os efeitos legais, e de extinguir a relação jurídica em questão, representando a quitação definitiva de uma dívida.

Hoje, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5425/43), o termo rescisório tem eficácia liberatória restrita, ou seja, a quitação restringe-se apenas aos exatos valores constantes do termo de rescisão do contrato de trabalho, não alcançando títulos de outra natureza e as diferenças porventura existentes.

O autor da proposta, deputado Laercio Oliveira (PR/SE), diz que a regra atual “coloca uma espada sobre a cabeça do empregador”. “Trata-se de previsão das mais razoáveis, seja pelo fato de o documento lavrado contar com a manifestação dos envolvidos, seja pelo fato de, em se cuidando de quitação, liberar aquele que se mostrou na relação jurídica compelido a observar um determinado direito”, diz.

Sindicalistas conclamam parlamentares a derrubar veto ao reajuste de aposentadorias

No dia 1º de setembro, durante debate na Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH), líderes sindicais conclamaram senadores e deputados a derrubar veto da Presidência da República a dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que assegurava recursos para conceder reajustes acima da inflação para aposentadorias e pensões.

Para Celso Amaral de Miranda Pimenta, diretor da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), houve quebra de compromisso. “O governo assumiu compromisso com os sindicatos e com o próprio Congresso, mas depois vetou. O veto pegou as centrais sindicais de surpresa”. Lourenço Ferreira do Prado, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, registrou inconformismo com o veto, o qual, segundo ele, não tem base técnica nem respaldo da sociedade.



Para Warley Martins Gonçalves, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), apenas a união de todos os trabalhadores, ativos e inativos, poderá conquistar a aprovação de uma política de ganhos reais para aposentadorias e pensões.

Na opinião do senador Paulo Paim

(PT-RS), presidente da CDH, um dos obstáculos ao atendimento dessa demanda é a votação secreta de vetos. Para ele, o movimento sindical deveria fazer uma “cruzada nacional” pelo fim do voto secreto no exame de vetos, pois, “quando o voto é aberto, todos são a favor do trabalhador”.



Campanha em defesa da CLT recebe novas adesões e amplia debate

FST e seus filiados defendem a CLT durante audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Ato marca o início das mobilizações em todo o País, desde ações nas Câmaras e Assembleias Legislativas até concentrações nas ruas e locais de trabalho

A Campanha Nacional em Defesa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), lançada no dia 22 de agosto durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, pelo Fórum Sindical dos Trabalhadores, recebeu adesão de várias entidades ligadas ao movimento sindical. Entre elas se faz presente a CNTI. O movimento percorrerá o País e mobilizará milhares de trabalhadores de diversas categorias para garantir, no Congresso Nacional, o avanço dos direitos trabalhistas e impedir o retrocesso nas conquistas alcançadas.

O movimento nacional pretende levar aos trabalhadores, de todos os Estados, discussões sobre melhor distribuição de renda, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, fim do Fator Previdenciário, regulamentação para as terceirizações, manutenção da unicidade sindical e a defesa das contribuições sindicais, entre outros.

O FST, presidido pelo coordenador interino Lourenço Ferreira do Prado, começará a percorrer o País em campanha pela defesa da Consolidação das Leis do Trabalho. O Fórum quer, desse modo, enfrentar ameaças a direitos consagrados na legislação sancionada em 1º de maio de 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas. “Essa é nossa verdadeira Constituição. Por isso, temos que defendê-la e preservá-la”, afirmou Lourenço, ao anunciar a campanha.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT/RS), admite que os direitos trabalhistas estão sob ameaça. Ele disse que foi obrigado a apresentar um projeto de lei garantindo estabilidade aos dirigentes sindicais, lembrando que a estabilidade do dirigente sindical está garantida na CLT e que antigamente a legislação era cumprida. “Hoje ocorre a demissão de suplente, embora ele faça parte da chapa eleita”, denunciou Paim.

Ameaças no Legislativo

Para os representantes sindicais, diversos projetos legislativos em tramitação podem ser considerados ameaças aos direitos trabalhistas. O projeto de lei que prevê a extinção da CLT e a instituição de um novo Código do Trabalho e a recente rejeição, pela Comissão de Trabalho da Câmara, de projeto para a regulamentação da Convenção 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que impede as demissões sem justa causa, são alguns dos exemplos dos problemas enfrentados pela categoria na Casa.

Durante seu discurso, o presidente da CNTI e da Nova Central, José Calixto Ramos (foto), exaltou a figura de Getúlio Vargas, que deixou um grande legado para a vida dos trabalhadores: a Consolidação das Leis do Trabalho.

Calixto também destacou que a estrutura sindical brasileira vem da CLT. Segundo ele, está de pé, vibrante e seus defensores jamais esmorecerão. “Alguns poucos tentam mudar nosso regime sindical brasileiro com base num sistema sólido que é o sistema confederativo, sistema de representação sindical, o re-



gime da unicidade sindical, a contribuição compulsória, a representação por categoria profissional, categoria diferenciada, servidores públicos, trabalhadores domésticos, autônomos, enfim, todos os trabalhadores em um modo geral”.

A audiência pública durou quase 4 horas. Ao longo do tempo, representantes de Federações, Confederações e Centrais se revezaram na tribuna. Um público composto por aproximadamente 400 pessoas se manifestava através de aplausos e palavras de incentivo aos oradores.